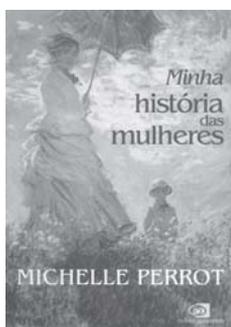


As mulheres pela história: corpo, alma, trabalho e deslocamentos

*Women through history: body, soul,
work and displacements*

Ana Teresa A. Venancio

Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz
anavenancio@coc.fiocruz.br



Perrot, Michelle.
*Minha história das
mulheres*. Trad. Ângela
M.S. Corrêa.
São Paulo: Contexto,
2007.192p.

A história das mulheres de Michelle Perrot é articulada ao modo como a disciplina histórica tem investigado a vida das mulheres. Contar essa história é aqui, portanto, falar também de como a disciplina histórica pode olhar para esse tema. Trata-se da apresentação e compreensão da história, “da relação incessantemente renovada entre o passado e o presente” (p.13) sobre o tema das mulheres, tendo em vista fatores sociológicos, científicos e políticos.

Já na introdução do livro encontramos a análise dos aspectos sociológicos dessa história, em particular a entrada das mulheres na universidade, espaço público de reflexão científica mais tradicionalmente masculino. A partir de um auto-retrato de seu itinerário, a autora se apresenta como personagem da própria construção de uma história das mulheres e do modo como a disciplina histórica constituiu esse tema como objeto. Revela-nos o ambiente

universitário da capital francesa do pós-guerra, na década de 1950, os acontecimentos de maio de 1968 e seu interesse acadêmico pelo assunto a partir dos anos 70, tal como ocorria com historiadoras em outras universidades francesas, situando nessa época os aspectos políticos relativos ao crescimento do movimento das mulheres.

Foi nesse contexto de efervescência intelectual acadêmica e de feminismo que começou a se desenvolver, na década de 1960, nos Estados Unidos e na Inglaterra, o interesse pelos *women's studies*. Segundo a autora, o surgimento de uma história das mulheres nos países anglo-saxões e, uma década depois, na França, ocorreu a partir do cruzamento dos fatores sociológicos e políticos citados, articulados ao que denomina fatores científicos. Ressalta aí a aliança entre história e antropologia pela via do tema da família e da caracterização histórico-demográfica de natalidade, nupcialidade e mortalidade, que, mesmo involuntariamente, passou a dar visibilidade às mulheres como sujeitos históricos, a exemplo dos trabalhos de Philippe Ariès e Georges Duby.

O livro nos revela o tempo todo, com muita clareza, os constrangimentos surgidos durante a elaboração de uma história das mulheres: o ocultamento e o anonimato a que as mulheres têm sido desigualmente submetidas, em relação aos homens, e portanto a

Ana Teresa A. Venancio

menor produção e divulgação de fontes, registros, falas, discursos, imagens e expressões artísticas sobre elas e por elas produzidas. As idéias filosóficas sobre a incompletude da mulher, a forte hierarquização sexual religiosa (confirmada em grande medida pelas luzes das ciências), as dificuldades de reconstituição de linhagens femininas (pela perda do nome com o casamento), o caráter assexuado das estatísticas ligadas à economia e ao trabalho nas indústrias e a destruição diferencial dos vestígios sobre o mundo masculino e o mundo feminino, inclusive pelas próprias mulheres, são apontados como alguns modos de produção do silêncio e da invisibilidade da mulher na história.

Os discursos que o mundo público mais eminentemente masculino tem produzido sobre as mulheres têm ainda, segundo a autora, um caráter generalizante quando se referem 'às mulheres' ou 'à mulher': "Todas essas razões explicam que haja falta de fontes não sobre as mulheres, nem sobre a mulher, mas sobre sua existência concreta e sua história singular" (p.22). Desse ocultamento, portanto, decorrem também os limites dos temas de que a disciplina histórica tem podido tratar até o momento atual, em que se pode falar de uma história das mulheres, isto é, de um "processo de tomada de consciência mais vasta da dimensão sexuada da sociedade e da história" (p.15).

Minha história das mulheres é dividido em cinco capítulos, os quais abordam os temas da produção histórica sobre as mulheres, do corpo, da alma, do trabalho e dos deslocamentos femininos – isto é, o tema das mulheres nas cidades – e trazem à tona variados assuntos correlatos e exemplos a respeito dessa história. O livro tem a França como contexto sociocultural de referência e, ao mesmo tempo, é pontilhado de análises comparativas que servem como contraponto a generalizações apressadas. Esse é o caso, por exemplo, do fio comparativo entre países católicos e protestantes, que perpassa muitas passagens do texto: o incentivo à instrução entre os protestantes, dado ao homem e à mulher pela obrigação da leitura da Bíblia, teria contribuído para o desenvolvimento da educação das meninas e para a qualificação do feminismo anglo-saxão como um feminismo do saber, diferentemente do feminismo da maternidade do sul da Europa.

O primeiro capítulo discute a produção histórica sobre as mulheres nos termos já mencionados e apresenta um mapa de fontes, em arquivos públicos e privados, que falam das mulheres ou que são por elas produzidas. Os arquivos policiais e judiciários, que a partir dos séculos XVII e XVIII passaram a registrar as mulheres na perturbação da ordem urbana e pública através dos motins por alimentos, dos atos de infanticídio, dos conflitos familiares e amorosos, são fontes já conhecidas. As mulheres aparecem também em jornais e revistas dos quais são leitoras e produtoras, ganhando visibilidade e acesso a uma profissão até então destinada ao mundo masculino. Correspondências, diários íntimos e autobiografias são mais característicos do mundo privado ao qual a mulher tem sido associada, e sua produção e divulgação têm aumentado a partir do século XX.

O corpo da mulher é o tema do segundo capítulo. Ele tem uma história, e a diferença dos sexos ocupa aí uma posição central. Esse corpo é então analisado em alguns pontos-chaves. A durabilidade, 'longevidade do corpo' em suas diferentes fases, é caracterizada pelo nascimento e pelo direito à vida; pela menina – personagem pouco conhecida, pouco relatada – e por sua educação por meio da religião e escolarização possível; pela fase reprodutiva das jovens, mais ou menos idealmente sintetizada no casamento, no dever

conjugal, na família, considerando-se a inserção diferencial das jovens de classes sociais distintas no mundo público e, portanto, a sua relação com a esfera do trabalho. A ‘aparência do corpo’, a imagem do corpo feminino, é outro ponto-chave abordado, tomando-se como exemplo a diferença sexual dos pêlos e o valor dos cabelos femininos. Nada mais histórico do que a sensualidade da cabeleira feminina, descrita por Baudelaire em *As flores do mal*; a erotização dos cabelos das mulheres, no século XIX; as diferentes formas culturais pelas quais os cabelos foram cobertos com véus, enfeitados ou encurtados como expressão de distinções ditadas por convenções e pela moda.

O ‘sexo do corpo’ é o terceiro ponto central: o corpo feminino desejado e, ao mesmo tempo, subjugado no direito à defloração, na prática do estupro coletivo presente no mundo medieval e nos abusos que sofrem as operárias no final do século XIX. O comércio do sexo – a prostituição – também é lembrado na apresentação de análises históricas sobre o modo diferenciado pelo qual esse sistema antigo e quase universal tem sido organizado. Segundo a autora, “de Aristóteles a Freud, o sexo feminino é visto como uma carência, um defeito, uma fraqueza da natureza” (p.63) e, paradoxalmente, representado como um mistério a ser contido em sua natureza ‘excessiva’. Avidéz – representada no mal das feiticeiras e na doença histórica – e frigidez têm sido, historicamente, contrapostas à única sexualidade permitida, a conjugal, de onde deve decorrer a maternidade. A autora trata então do ‘corpo reprodutivo’ expresso na função materna, que gera, amamenta e cuida de sua cria, destacando tanto o crescimento do ‘sentimento maternal’, que se configura, no caso francês, a partir do século XVII, quanto sua correlação com as práticas e os discursos históricos sobre infanticídios e abortos.

O terceiro capítulo trata da alma feminina, isto é, de sua capacidade criadora, sensitiva, e dos instrumentos através dos quais ela tem sido exercida: a religião, a cultura, a educação e o acesso ao saber. Aqui a autora observa com refinamento o modo como esses instrumentos foram, paradoxalmente, lugares simbólicos de aprisionamento da alma feminina e condições de ampliação de suas possibilidades de expressão. “A piedade e a devoção eram para elas um dever, mas também compensação e prazer” (p.84), do mesmo modo que era no confinamento dos conventos ou nas ordens missionárias onde as mulheres se apropriavam do saber ou produziam escritos. Também por intermédio das ordens religiosas, as mulheres da sociedade exerceram o papel social da caridade. Representado tradicionalmente como contrário à maternidade, o acesso ao saber foi em grande medida mais interdito do que permitido às mulheres, embora desde os séculos XIII e XIX as mulheres de elite tenham passado a reivindicar o direito à instrução e à criação através de diferentes artes.

O capítulo seguinte parte de uma afirmação tão simples quanto contundente: as mulheres sempre trabalharam, e as sociedades não teriam sobrevivido sem o seu trabalho doméstico invisível. E são muitas as mulheres, muitos os seus trabalhos. A camponesa francesa, na ordem do cotidiano, transmite gestos e saberes, administra a subsistência e, desde que o campo se abre para os mercados alimentar e têxtil, ajuda no sustento familiar. Mas as mudanças no mundo rural correspondem a mudanças na vida feminina, pela influência das comunicações, pela industrialização, pelo êxodo rural e pelas guerras.

A autora analisa também o trabalho doméstico, com a apresentação das suas marcas distintivas entre o meio operário, a burguesia e o trabalho como empregada remunerada.

Ressalta ter sido a industrialização que tornou o trabalho das mulheres uma questão pública, em que se discutia a pertinência da presença feminina nesse mundo masculino; mas já na Primeira Revolução Industrial as mulheres entraram maciçamente nas indústrias têxteis. Aborda então as vias pelas quais tem se dado a profissionalização das mulheres, sendo muitas as profissões consideradas, historicamente, mais afeitas à natureza feminina: operárias da costura de diferentes tipos, vendedoras, enfermeiras, professoras primárias, empregadas de escritórios e órgãos públicos e atrizes.

O último capítulo do livro trata das mulheres em seus múltiplos deslocamentos no espaço e no tempo e, portanto, aponta as formas variadas em que elas se inserem na ação coletiva e no domínio público. Com relação à dimensão espacial, apresenta os deslocamentos das camareiras ou criadas, os trajetos de casa para o trabalho, o êxodo para as cidades, as missões religiosas ou políticas para outros lugares e as viagens educativas e iniciáticas. Com relação à dimensão temporal, contempla a experiência sexualmente diferenciada das mulheres e dos homens em relação aos 'grandes acontecimentos históricos': a Revolução Francesa, as guerras, as greves, o sindicalismo e o feminismo. Propõe, ao mesmo tempo, revermos as concepções de acontecimento e história quando se trata de analisar os eventos relativos ao gênero feminino. Em primeiro lugar, porque a vida das mulheres esteve menos relacionada à gestão política do mundo e mais articulada aos domínios religiosos, jurídicos, médicos ou técnicos próprios das sociedades. Em segundo lugar, porque os 'acontecimentos históricos' podem não ter sido os mais expressivos da dimensão sexuada da história – cabe lembrar, da relação incessantemente renovada entre o passado e o presente. Nesse sentido destaca, ao final do livro, o caráter central do feminismo como expressão da ação coletiva e manifestação pública das mulheres, articulado a classes sociais e a doutrinas políticas.

Ao término da leitura ganhamos compreensão sobre o que Michelle Perrot expressou na introdução do livro como seu desejo, a saber, o de mostrar que “a história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam as mudanças. Partiu de uma história das mulheres para se tornar uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais” (p.15-16).

O livro de Michelle Perrot é referência fundamental e expressiva desse movimento de alargamento das perspectivas históricas analíticas. Sua leitura nos leva ainda a refletir sobre a relação entre a história das mulheres e o estatuto de temas caros à caracterização das sociedades ocidentais: os rearranjos entre os domínios público e privado, a universalização dos saberes, a constituição de uma nova sensibilidade, o processo de individuação dos sujeitos e os corolários da igualdade e da liberdade.

A relação entre o público e o privado pode ser articulada aos valores diferenciais atribuídos aos domínios masculino e feminino, mas também pode ser entrevista na subordinação do mundo considerado propriamente feminino – o privado – às leis públicas do Estado e da Igreja. O movimento paulatino e tumultuado que leva à visibilidade das mulheres na esfera pública se inscreve também no processo de universalização dos saberes,

quando a produção do conhecimento científico ganha um 'mais valor', e o homem e a mulher, seus corpos e sexo, tornam-se objeto de estudo do próprio homem. Inclui-se aqui também o debate médico-filosófico presente no século XVIII em torno do estatuto das emoções e sensações. Reservado à mulher apenas o lugar de objeto (e não de sujeito da ciência), é por essa via que ela vai sendo desvelada e individualizada em sua natureza. Essa individuação das mulheres está inscrita, assim, no movimento mais amplo de desenvolvimento do indivíduo moderno, que se observa ao menos desde o século XVIII. Mas é preciso lembrar que para o gênero feminino ele tem sido historicamente mais lento do que para o masculino, servindo mais tardiamente à expressão dos valores da igualdade e da liberdade.

